a psicanálise e seu destino

MARIA VITORIA BITTENCOURT

NO MOMENTO de comemorar os cem anos do nascimento de Lacan, gostaria de questionar o destino institucional da psicanálise, com o objetivo de situar em que ponto o movimento lacaniano representa uma ruptura quanto à forma de organização promovida pela IPA. A perspectiva de Lacan em torno desse destino é colocada em 1964, justamente no momento em que rompe definitivamente com a IPA, fundando sua Escola: "A função (do sujeito suposto saber) e, ao mesmo tempo, sua conseqüência, o prestígio, se assim posso dizer, de Freud, estão no horizonte de toda posição de analista. Elas (função e conseqüência) constituem o drama da organização social, comunitária, dos psicanalistas". (Lacan, 1973, p.211). Lacan remonta até Freud na sua interpretação do movimento analítico. O destino da psicanálise ficou para sempre selado em torno da questão do pai? Nessa mesma ocasião, ele acrescenta: "o campo freudiano permanece na dependência de um certo desejo original que tem sempre um papel ambíguo, mas prevalecente, na transmissão da psicanálise".

Essa questão tornou-se pertinente no momento da crise na Associação Mundial de Psicanálise — AMP. Criada em 1992 por J.-A. Miller, a AMP congrega as diversas escolas de psicanálise do Campo freudiano. A crise de 1998 foi deflagrada devido às tensões entre as escolas e a direção da AMP que, através do comando encarnado pelo seu "delegado geral", exercia um poder único o sobre todas as instâncias — desde a garantia até o procedimento do passe. A meu ver, reivindicar o Um de exceção seria um retorno ao modelo freudiano do Comitê secreto e seu produto — a uniformização da formação analítica. Um retorno bem particular opera-se numa instituição que, se dizendo fundada no ensino de Lacan, concebe uma "transferência de massa" que testemunha uma tendência sectária fundada no amor do pai. Seria então um retorno institucional a Freud?

É preciso voltar às origens da IPA para compreender como a regulamentação da formação analítica foi imposta.

Na criação da IPA, em 1910, Freud sacrou Jung como seu herdeiro para evitar que a psicanálise fosse assimilada a uma "ciência de judeus". De outro lado, Freud tinha interesse

político em se aliar à instituição psiquiátrica onde Jung trabalhava, pois o Burgholzli representava nessa época o centro hospitalar mais prestigiado da Europa, assim como um centro de formação muito procurado pelos jovens psiquiatras — Abraham, Eitingon, Brill, Biswanger, Jones e Ferenczi participaram desse centro. Essa conquista política do mundo psiquiátrico trouxe para Freud o reforço dos psiquiatras e das publicações, fazendo assim com que a psicanálise ganhasse terreno no plano internacional. Então, desde sua criação, a IPA assume um compromisso político em sua aliança com um grupo suíço marcado por uma ideologia puritana, que recusa levar em conta as causas sexuais.

A crise com Jung leva Freud a seguir a idéia de Jones de formar um Comitê secreto para "velar à minha criação — a psicanálise", diz Freud. O lugar vazio deixado por Jung será ocupado pelo Comitê, que se torna assim o herdeiro de Freud. No centro do grupo, Freud ocupa de maneira legítima o lugar de sujeito suposto saber. Lugar de exceção encarnado pelo pai fundador, mestre a pensar e a amar, um pai que pacifica e unifica o conjunto dos filhos. Não estamos longe de uma espécie de seita religiosa em que essa figura idealizada do pai cercado de seus filhos vai, de fato, dirigir a Associação. Um Eros unindo a transferência, a orientação e a direção do movimento.

Depois da primeira guerra mundial, tempo de um certo desânimo dos analistas quanto à eficácia da psicanálise, Freud propõe elaborações teóricas que podem indicar modificações técnicas mas também uma "psicoterapia popular" derivada da experiência adquirida no tratamento dos militares (Freud, 1919 [1918]). A idéia de se criar instituições de psicanálise gratuita é retomada em Berlim, graças a um novo membro do Comitê — Max Eitingon, que vai possibilitar o financiamento da Policlínica fundada em 1920. O sonho de Freud de uma psicanálise de cunho social se vê realizado dessa maneira. Com esse novo membro, o Comitê secreto vai exercer um verdadeiro poder paralelo na Associação. Os membros ocupam os lugares de direção nas respectivas sociedades e Freud estabelece um mecanismo centralizador do funcionamento da IPA — as cartas circulares (*Rundbriefe*) em que todas as decisões são tomadas. Freud exerce dessa maneira o poder absoluto, sem participar diretamente dos trabalhos institucionais (Grosskurth, 1995).

Surge então a necessidade de aumentar o número de colaboradores na Policlínica, o que leva à criação do Instituto que terá, igualmente, como objetivo, a formação da nova geração analítica. Até então, era Freud quem analisava, e mais

tarde Abraham, Ferenczi e Federn. A análise didática era então conduzida sem critério pré-estabelecido e sem interferência de regras administrativas e o ensino teórico levava em conta o desejo de cada um. A demanda de análise variava segundo o analisando e a natureza de seus sintomas neuróticos. Assim, quando Bernfeld pergunta à Freud, em 1922, se ele devia fazer uma análise antes de começar a receber os pacientes, Freud lhe responde que não era preciso e que, quando tivesse dificuldades, saberia como fazer: "Você sabe mais do que o paciente, mostre a ele o que você pode". (Bernfeld, 1962) A análise dependia da escolha de cada candidato, definida deste modo pelo mesmo Bernfeld: "Escolher alguém que parece saber mais do que você e que merece a confiança".[1]

Mas, em Berlim, um regulamento da formação é estabelecido em três tempos: uma análise, uma supervisão e a preparação teórica. Essa etapas são efetuadas sob o controle de uma Comissão que seleciona os candidatos e autoriza a continuação da formação.

Duas correntes se afrontam quanto à adaptação à nova situação. Em Viena, defende-se a idéia de um movimento em direção ao estudo da psicanálise e sua aplicação a todos os campos da terapia e da educação. Em Berlim, os analistas preferem se instalar no estatuto médico e se isolar do movimento cultural.

O anúncio da morte de Freud, que seria eminente em 1923, e por conseguinte sua sucessão, acentua o clima de discórdia no Comitê. Esse fato desencadeia vários conflitos, ameaçando a unidade do Comitê onde cada membro acredita ser o herdeiro autentico do mestre, a garantia da sucessão freudiana.

As publicações de Rank e Ferenczi[2] vêm acentuar a fratura no Comitê, pois elas representam para os Berlimenses um perigo e uma crítica já que defendem a uniformização da formação teórica e privilegiam os candidatos médicos. A posição de Freud é um tanto ambígua. De um lado, ele sustenta as idéias de Rank e de Ferenczi; de outro lado, ele diverge da posição de analista proposta por Rank, assim como da técnica de Ferenczi. No entanto, ele afirma que essas idéias não são "héréticas" — "o que vemos aqui não é uma revolução, nem uma contradição de concepções, mas somente uma extensão interessante cujo valor deveria ser reconhecido" (Grosskurth, 1995). Vemos, pois, Freud dividido entre sua confiança em Ferenczi e em Rank e a crítica quanto aos respectivos trabalhos.

É neste momento que Ana Freud entra no Comitê no lugar de Rank, tendo uma posição eminente na política do

[1] Conferência pronunciada em 1952, cuja crítica ao sistema de formação retardou sua publicação, efetuada somente em 1962.

[2] Trata-se das publicações de 1923: "Perspectivas da psicanálise", redigida por Otto Rank e Ferenczi, e "Traumatismo do nascimento", de Otto Rank.

movimento analítico. De certa maneira, ela vai preencher a função para o qual o Comitê secreto foi criado e tornar-se a guardiã da psicanálise freudiana. Freud se afasta da cena pública e Ana Freud torna-se, ao mesmo tempo, a discípula, a confidente, a enfermeira e a porta-voz de seu pai. Freud sabia muito bem que ela seria a grande representante da ortodoxia vienense, que poderia ser resumida assim: o privilégio dado ao amor paterno. Esse ponto tem uma relação com a prevalência da corrente pedagógica que se instala com a psicologia do Ego.

Lembramos que a regra da obrigação da análise didática é introduzida em 1925 e, em 1926, o diretor do Instituto de Berlim vem a ser o presidente da IPA. Eitingon vai então criar a Comissão internacional de formação à imagem da Comissão de Berlim, com as regras que serão aplicadas em todas as sociedades da IPA, trazendo desta maneira uma resposta às exigências dos americanos quanto à formação médica. Os candidatos devem ter a autorização da Comissão para começar uma análise, assim como para a escolha do didata. Os alunos devem assinar uma declaração pela qual se engajam, desde o início da formação, a não praticar nem se declarar psicanalista antes do final da formação e sem a autorização da Comissão de ensino (Horney, 1930).

Como vimos, o Comitê produziu a estandardização da formação e o Instituto de Berlim, na sua elaboração de um currículo universitário, tornou-se assim o herdeiro do Comitê. Para substituir Freud, o pai desaparecido, estabelece-se uma unidade internacional soldada pela uniformização da formação. Passamos da "horda selvagem" à "psicologia das massas", reforçada pela *Ego-psychology* da herdeira eleita por Freud. Um arranjo entre os irmãos se realiza através do estabelecimento de rituais de formação em que se trata de fundar um *standard* para controlar as transferências e as resistências em jogo na análise didática.

Desta forma, a origem da formação analítica deve-se à demanda de um projeto antes de tudo terapêutico. No seu primeiro relatório sobre Policlínica, Eitingon não apresenta nenhuma reflexão sobre a análise didática, a não ser Hans Sachs, que se refere a esta como um "noviciado" (Sachs, 1930). Constata-se, desde o início, uma certa reserva sobre esse ponto e uma ingerência da Comissão na transferência analítica.

Em principio, poderíamos dizer que Freud nunca se opôs a esta política de Berlim e, segundo Jones, ele acompanhava com interesse o projeto. Em suas cartas a Eitingon, dá um

testemunho de seu apoio, pedindo mesmo que ele faça um relatório, e o encoraja à fundação de institutos similares. Em seu "Pós-Escrito" de 1935, Freud mostra seu contentamento com o destino da psicanálise, que "estava dando provas de sua capacidade de viver e se desenvolver" (Freud, 1925 [1924]). Ele dá sua caução a esses institutos encarregados de formar os analistas "dentro de um programa de ensino unitário". Lembramos que o texto de Freud sobre o final da análise só aparecerá mais tarde, em 1937, sem portanto produzir nenhum efeito na comunidade.

Esse destino unitário, porém, é perturbado por uma nova crise que surge na Inglaterra, em torno da herdeira de Freud e da psicanálise de crianças. Trata-se de o que se chama *Grandes Controvérsias*, e o que está em questão são as inovações de Melanie Klein, por meio das quais os vienenses têm a impressão de que o edifício freudiano estaria sendo arruinado. (Roudinesco, 1997) Cada corrente reivindica a herança da obra de Freud e uma maneira diferente de formar os analistas. Volta-se ao Comitê — todos querem ser o porta-voz do pai fundador, recusando-se a largar a IPA.

James Strachey tenta apaziguar os conflitos apagando as oposições teóricas e acentuando que o que importa não é o saber do psicanalista, mas sua técnica, que, uma vez aplicada corretamente, anula os efeitos nocivos de um erro teórico. Neste ponto, ele defende a tese de Sacha Nacht – o que opera numa cura é o que o psicanalista é, e não o que ele faz ou diz. As Controvérsias são concluídas por uma acordo entre as três correntes, estabelecendo assim uma "partilha" das transferências dos candidatos em formação. Mais uma vez, a questão da formação é colocada de lado e a preocupação com a técnica prevalece para manter a unidade do movimento. Em 1947, Balint escreve um artigo criticando o sistema de formação da IPA, que, para evitar rupturas traumáticas, passou a controlar as transferências e criar uma geração de analistas "obedientes", graças à formação de um "novo superego psicanalítico". (Balint, 1948) O autor demonstra que o uso político da transferência teve como efeito uma forte inibição à reflexão, que se manifestou pela ausência de produção teórica em torno da formação analítica. Esse artigo, porém, não suscitou nenhuma mudança em torno da questão.

A situação na França é herdeira dessa política. A primeira sociedade de psicanálise – Société psychanalytique de Paris (SPP) – é fundada bem mais tarde do que as outras sociedades, em 1926, no momento do estabelecimento das

regras de formação, e o Instituto francês, criado em 1934, segue o modelo de Berlim. (Roudinesco, 1986) A primeira cisão ocorre depois da guerra, com o aparecimento da terceira geração psicanalítica que só teve acesso a Freud através da leitura dos textos. Com efeito, devido à pressão da Associação americana, as diversas sociedades tornam-se autônomas quanto à formação, pois não existe mais uma Comissão internacional. Deste modo, essa geração coloca em questão não somente a interpretação da obra de Freud como também as modalidades da formação didática às quais os membros não queriam se submeter, numa revolta contra o modelo Berlimense por causa da exigência da formação médica e da autorização. Talvez tenha surgido nesse momento o que a IPA chama atualmente o "modelo francês da formação".

Titular em 1938, Lacan ocupava um lugar eminente na SPP: ele participava ativamente da sociedade como didata, membro da Comissão de ensino onde começa seus seminários. No momento da re-fundação do Instituto de Paris, ele apresenta emendas ao estatuto redigido por Nacht, cuja proposta visava a um controle dos titulares na Comissão. Lacan reivindica uma certa autonomia da Comissão, assim como do analista: "o aluno é colocado inteiramente sob a tutela de seu psicanalista, que o engaja em tempo oportuno a seguir os cursos teóricos e os seminários (...) e torna-se deste modo o único juiz do momento a autorizá-lo a iniciar uma análise sob supervisão". (Lacan, 1976) Essa "tutela" reflete bem a responsabilidade de fato do analista que Lacan define claramente, evitando assim uma confusão com o poder. Essa concepção de Lacan se sustentava na sua prática centrada na função da palavra, em que a interpretação simbólica vem se contrapor aos efeitos imaginários da interpretação das resistências. Mas não é essa doutrina do "retorno a Freud" que é colocada em questão, mas sua prática, ou seja, seu desvio técnico quanto ao tempo das sessões. Vimos que, na ocasião das Controvérsias, qualquer inovação, sobretudo no que diz respeito à técnica, então assimilada à pessoa do analista, viria ameaçar a coesão da comunidade.

Manobras políticas levam o grupo em torno de Lacan a demitir-se, cuja conseqüência não tardou: a radiação da IPA. Fato espantoso — aqueles que trabalhavam ativamente em torno dos estatutos "esqueceram-se" dessa clausula da Associação. Logo após a crise, Lacan afirma numa carta a Balint que se tratava de uma "cisão literalmente imposta à minoria". (Idem, p.119) Podemos questionar uma sociedade fundada sob a lógica de uma imposição da IPA.

Nesse sentido, a sociedade fundada — *Société française de psychanalyse* (SFP) — não inovou, aspirando a ser integrada à IPA. Ela seguia o modelo da SPP, em que os títulos são mantidos, assim como a Comissão de estudo. O único ponto introduzido foi a supressão das formas escolares do ensino teórico, que eram impostas aos Institutos filiados à IPA. A idéia de Lacan era de combater a transmissão de um "saber pré-digerido" que produz um acúmulo de conhecimento sem possibilidade de relançar o desejo.

Durante dez anos, a SFP viveu sob a égide das comissões de inquérito, que examinavam seu pedido do estatuto de sociedade. O processo de exclusão se iniciou em 1955, através do primeiro relatório que já anunciava a ruptura motivada pela "insuficiência das capacidades de formação do grupo". Essa forma de inquérito em torno das análises didáticas, até então mantidas em silêncio pelos diferentes institutos, repete o papel da Comissão de ensino que controla as análises. Mas, nessa ocasião, trata-se de testemunhos de alunos ainda em análise que não pediram nenhuma autorização. Elisabeth Roudinesco levantou a hipótese de que essa forma de testemunho seria um antecedente do procedimento do passe. (Roudinesco, 1986)

Os alunos continuam, assim, as negociações, e Lacan, mesmo permanecendo distante nessa luta, consente as tentativas desses "trabalhadores decididos". Aliás, poderíamos pensar que é nesse período que se instaura uma nova forma de participar da instituição — a militância —, uma espécie de retorno aos soldados do Comitê, numa vertente similar à da AMP, em que, no momento da crise, um membro declarou-se "estar pronto para tudo pela causa analítica".

Mas, apesar do esforço de compromisso, as negociações foram inúteis e o ultimato foi anunciado em outubro de 1963, quando Lacan foi radiado da lista dos didatas.

Aqui poderíamos questionar o desejo de Lacan de permanecer na IPA, ao ponto de se deixar instalar no lugar de objeto de múltiplas negociações para não romper com a Associação. Lacan esclarece sua hesitação e sua discrição quanto à crítica feita à IPA, em 1956 (Lacan, 1998), que só foi publicada mais tarde, afirmando que "uma sátira não modifica nada". Isso poderia indicar o desejo de Lacan de permanecer na IPA para modificá-la, reparar os desvios e assim "tornar o nome de Freud operante" na psicanálise, como declarou na lição inédita sobre "Os nomes do pai". Um desejo de garantir a herança freudiana. Na primeira publicação de sua Escola — *Scilicet* —, em que somente seu nome será assinado, Lacan confessa seu fracasso

diante dessa tarefa: "Eu fracassei em romper o charme (no sentido de sortilégio) que se exerce na ordem em vigor das sociedades psicanalíticas existentes, sobre sua prática e sua produção teórica" (Lacan, 1968). A IPA sempre foi o interlocutor privilegiado de Lacan, pois, mesmo no momento em que ele propõe o passe, se dirige à IPA afirmando que os resultados dessa experiência deveriam também ser comunicados às sociedades que, "mesmo o tendo excluído, permanecem como '*notre affaire*'".

Assim, somente depois da constituição de um grupo formado pelos alunos que o traíram e que aceitaram sua radiação, Lacan funda sua Escola. Mais uma vez, o destino institucional de Lacan é imposto pela IPA, estando de certa forma forçado a fundar um novo lugar de legitimidade para a psicanálise.

Várias inovações são incluídas no Ato de fundação, sendo que a função da crítica torna-se central e operante: "Toda empresa pessoal colocará seu autor nas condições de crítica e controle" (Lacan, 1977). Essa abertura ao debate sobre a análise didática, segundo Lacan, "deve se realizar numa confrontação entre as pessoas tendo uma experiência didática assim como os candidatos em formação". Além disso, ele propõe como objeto de estudo sua prática didática e os efeitos de seu ensino sobre seus analisandos, evocando assim a existência de impasses de sua posição na Escola nesse laço entre transferência e ensino. Essa abertura implica uma outra inovação — o convite aos não-analistas para participarem da Escola, admitindo desta maneira os grupos médicos e todos aqueles que podem contribuir à experiência analítica.

O trabalho em grupos pequenos, que constitui também uma inovação, vem de uma idéia de Lacan de 1949, inspirada pelos reformadores da psiquiatria inglesa dos anos 40. Trata-se da teoria de Bion de pequenos grupos sem líder, em que o terapeuta sustentava o trabalho sem ocupar o lugar de comando, de pai autoritário. A transferência de trabalho tem um lugar central.

A ruptura com a IPA anuncia-se no que se refere à autorização e à análise didática. Cada um é responsável por sua escolha — analista e analisando. A Escola não dá autorização de exercer a psicanálise, sendo o analista inteiramente responsável pela cura engajada sob sua direção. Idéia retomada do estatuto proposto em 1949, testemunho da continuidade da doutrina de Lacan.

Apesar das inovações, na prática a Escola repete uma organização da SFP, em que os antigos titulares herdaram seus

títulos adquiridos anteriormente. Portanto, uma herança dos critérios de seleção da IPA. Perrier afirma: "Lacan fez um apelo aos trabalhadores e os que vieram queriam a sociedade". Os conflitos não tardam a surgir, sobretudo em torno das nominações, mas nenhuma reforma vem responder ao problema da formação. As críticas a Lacan, mestre e diretor, vêm à tona numa denúncia ao poder do pai que impede um funcionamento democrático.

É nesse clima de inércia e mal estar que Lacan faz sua Proposição três anos depois, proposição que podemos considerar como operando uma verdadeira ruptura com a IPA (Lacan, 1968). Com efeito, o passe vem responder à ingerência do aparelho do poder sobre as análises didáticas, ingerência que Lacan sofreu pessoalmente. O princípio — "o psicanalista se autoriza a si mesmo" rompe definitivamente com uma análise assimilada à pedagogia do EU, em que o analista se confunde à noção de pessoa e assim traz como conseqüência uma reestruturação do conceito de transferência em torno do desejo do analista. O analista só se autoriza quanto ao seu desejo.

A proposição de Lacan vem romper o segredo mantido pela IPA em torno da analise didática, segredo denunciado por Balint "numa atmosfera que lembra as cerimônias primitivas de iniciação (...) em que os iniciadores têm o segredo do saber esotérico e os iniciados se submetem ao tratamento dogmático sem protestar" (Balint, 1948). Quanto menos as razões de uma formação são claramente formuladas, mais os dirigentes têm o poder nominativo, exaltando os efeitos da transferência.

Para contrapor esse uso institucionalizado da transferência, Lacan propõe um dispositivo que permite abrir o debate sobre o final de análise e a passagem a analista. Poder-se-ia pensar que, com essa proposição, o problema da formação na comunidade lacaniana estaria, se não resolvido, pelo menos encaminhado. Desde a cisão com a SPP, a dissolução da SFP e a fundação da Escola, esperava-se de Lacan uma solução às crises cuja causa estava vinculada à formação do analista. Porém, na prática a proposição desencadeou crises na Escola, sendo que a primeira delas tem uma característica bem particular no movimento lacaniano, pois não remete à experiência do passe, mas sim à sua proposição: alguns analistas reivindicam o princípio de autorizar-se a si mesmos, assim como as conseqüentes nomeações. Na última crise de 1998, desta vez em torno da experiência do passe na AMP, trata-se de um analista que se considera destituído pelo Cartel pela não-nomeação de seu analisando. Torna-se então revelador que o

passe não pode proteger contra a idealização do titular, num retorno à ordem de transmissão paterna da IPA.

Retomando a frase de Lacan — o drama da comunidade analítica gira em torno da função e da conseqüência do sujeito suposto saber —, o passe vem como resposta sob a forma de "pesquisa livre" sobre essa questão. Essa fórmula de Lacan aparece nesse mesmo seminário, nas vésperas da fundação da Escola, onde ele afirma: "No campo da análise, o sujeito está ali para procurar sua habilitação à livre pesquisa, no sentido de uma exigência verídica, e só pode se considerar autorizado a partir do momento em que ele opera livremente" (Lacan, 1973, p.234).

Eis uma questão que pode nos fazer refletir sobre como formar uma comunidade que não faça obstáculo a pensar a psicanálise. Tentar analisar o contexto histórico de uma proposição de Lacan deveria impedir uma leitura estéril e dogmática, que viria sacralizar seus enunciados, transformando o princípio de se autorizar a si mesmo em uma regra de se autorizar dos enunciados de Lacan.

Se o destino institucional da psicanálise parece ligado à função do pai, a obra de Lacan transformou o destino da psicanálise, no sentido em que, renovando a apreensão dos conceitos freudianos — o inconsciente e o desejo —, tornou possível a sobrevivência da psicanálise no século XXI. Cem anos depois, podemos dizer que Lacan ganhou sua batalha ao se colocar como garantia da herança freudiana. Resta a questão da herança lacaniana: de que maneira o desejo de Lacan teria marcado o destino institucional da sua Escola?

referências bibliográficas

BALINT, M. On the psychoanalytic training system. *International Journal of Psychoanalyses*, v.29, 1948.

BERNFELD, S. On psychoanalytic training. *Psychoanalytic Quaterly*, 1962.

FREUD, S. (1919 [1918]) Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*, v.XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1925[1924]) Pós-escrito (1935) de Um estudo autobiográfico. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*, v.XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GROSSKURTH , P. *Freud l'anneau secret*. Paris: PUF, 1995.

JONES, E. *Sigmund Freud, Life and work*. Londres: Hogarth Press, 1980.

HORNEY, K. (1930) De l'organisation. *On forme des psychanalystes – Rapport original sur les dix ans de l'Institut Psychanalytique de Berlim*. Paris: Denoel, 1985.

LACAN, J. Situação da psicanálise e formação do analista em 1956. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. Introduction de Scilicet au titre de la revue de l'Ecole freudienne de Paris. *Scilicet 1*, Paris, Seuil, 1968.

LACAN, J. Fondation de l'EFP. In: *L'excommunication*, documentos editados por J.-A. Miller. Paris: Ornicar, 1977.

LACAN, J. Reglement et doctrine de la Commission d'enseignement. In: *La scission de 1953*, documentos editados por J.-A. Miller. Paris: Ornicar, 1976.

LACAN, J. Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste de l'Ecole. *Scilicet 1*, Paris, Seuil, 1968.

LACAN, J. *Séminaire, Livre XI, Les quatre concepts de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1973.

ROUDINESCO, E. *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard, 1997.

ROUDINESCO, E. *Histoire de la psychanalyse en France*. Paris: Seuil, 1986. v.II.

SACHS, H. (1930) L'analyse didactique. In: *On forme des psychanalystes – Rapport original sur les dix ans de l'Institut Psychanalytique de Berlim*. Paris: Denoel, 1985.